

A SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA EM QUE PORTUGAL SE ENCONTRA PERMITE-NOS PROCURAR UM NOVO CAMINHO

—AFIRMOU O MINISTRO DOS ASSUNTOS SOCIAIS NA SESSÃO DE ABERTURA

Na Fundação Gulbenkian começou, esta manhã, a anunciada mesa-redonda sobre Administração Social, organizada pela Divisão dos Assuntos Sociais das Nações Unidas, em colaboração com o Ministério dos Assuntos Sociais, que tem como principal objectivo o estudo da forma e da concretização de programas daquela Ministério já aprovada em Conselho de Ministros.

Presentes o ministro dos Assuntos Sociais, eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, o chefe do Programa de Desenvolvimento Social da Divisão de Assuntos Sociais da O. N. U. e representante do secretário-geral da O. N. U., Eyvind Hylten, além de diversos representantes da França, Noruega, Grã-Bretanha e Alemanha e, ainda, da Organização Mundial de Saúde e da Associação Internacional de Segurança Social.

Pelo lado português estavam também presentes alguns responsáveis do sector dos Assuntos Sociais e observadores da Intersindical.

Abriu os trabalhos o ministro dos Assuntos Sociais, que, depois de saudar os presentes, afirmou:

«A política social e a sua administração são problemas complexos, mesmo naqueles países que, após a Segunda Guerra Mundial, têm vivido em clima de desenvolvimento normal. As grandes falhas que se verificaram na I década do desenvolvimento e a impossibilidade de as Nações Unidas fazerem, neste ano intermédio, uma avaliação correcta da II década, que termina em 1960, leva-nos a por de parte, desde logo, uma política social que seja consequência do aumento do produto nacional bruto, que seja considerada como o potencial humano indispensável pela sua eficiência ou que constitua apenas uma resposta em que se vai a relance dos problemas levantados pelo crescimento económico.

A situação revolucionária em que Portugal se encontra permite-nos procurar um novo

caminho. Foi esta procura que nos levou a pedir à Divisão dos Assuntos Sociais das Nações Unidas que organizasse em Lisboa uma mesa-redonda no quadro do Programa Europeu de Desenvolvimento Social.

«Mas, entanto, não há dúvida de que esta procura se verifica num relacionamento positivo e económico muito especial.

«Do ponto de vista do enquadramento político, podemos dizer que está tudo a nosso favor. Temos de derrubar a antiga ordem e as suas estruturas; temos de construir novas estruturas; temos, sobretudo, de atender às necessidades essenciais do povo.

Identidades e estruturas

Depois de se referir a duas dimensões específicas a enfrentar — uma ao nível das identidades e a outra ao nível das estruturas — a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo disse:

«Que poderemos então dizer da democracia social que, não tenhamos dúvidas, constitui para todos o principal objectivo?

«Aparentemente, ela parece ter que enfrentar a democracia económica, cujos planos, pedir-lhe humildemente uma utopia própria. Sei bem que estou a tocar num problema um vasto e que ainda não tem solução óbvia. O conceito ao qual me refiro unificando de desenvolvimento ainda não encontrei uma expressão operatória para a elaboração da política social e da política económica do Estado, em n.º um país ou regime político. Vou tentar clarificar as referências desta dimensão numa situação revolucionária como é a do meu país.

A implementação da democracia económica, no entanto, exige-nos aquém da democracia social.

Na lei constitucional que nos rege após o 25 de Abril, a política social deve, por um lado, estar como objectivo essencial a defesa dos interesses das classes trabalhadoras. Por outro lado, ele também tem que ter como objectivo essencial «a melhoria progressiva mas acelerada da qualidade de vida de todos os portugueses.

Importa sublinhar que nesta óptica, são as necessidades concretas das pessoas que estão em jogo e a pessoa humana que constitui o núcleo desta política, e que, portanto, se encontra ultrapassado o conceito de um Estado omnipotente e onipotente de onde tudo sai e para onde tudo volta, não sendo possível de

Como utilizar os reduzidos recursos financeiros de que dispomos, em objectivos precisos, concretos e eficazes? O dr. Hylten demonstrou claramente no seu relatório, que a eficiência é indispensável à política social. Este princípio tem de ficar bem sublinhado. Um amplo sistema de segurança social, perfeito no papel, mas que levasse a situações concretas em que as pessoas tivessem que esperar durante meses os benefícios a que têm direito, não serviria de nada.

Na sua comunicação, realizada em francês, o ministro português referiu-se, ainda, à necessidade de se afastar no sentido da consciência e salientou, a certo passo, que o ordenado mínimo nacional, estabelecido em Portugal depois do 25 de Abril, já não está «a um nível humano, devido à inflação.

Seguiu-se no uso da palavra Eyvind Hylten, que manifestou a sua alegria e satisfação pela realização da mesa-redonda — a primeira realizada em Portugal sob o auspício do Departamento da O. N. U., que representa — e manifestou o desejo de que as atitudes de hoje e dos próximos dias possam contribuir para a abertura de novas vias para a resolução das questões sociais em Portugal.

Os trabalhos da agenda prosseguiram durante a tarde e prolongam-se até à próxima manhã, dia em que está prevista a realização de uma reunião alargada para apresentação das conclusões.

burocracia e de técnica, dos provido de sentimento humano.

Dito isto, a crise económica mundial e também a situação herdada pelo Governo do pós-25 de Abril, levantam questões graves.»

Eficiência e política social

E mais adiante: «No caminho concreto em que o País se empenhou, é preciso afirmá-lo sem equívocos, importa, sobretudo, que estes objectivos sociais colectivos se realizem de facto — e por isso que aqui estamos — e preciso que a alimentação, a saúde, o trabalho, a cultura, a segurança social, e a comunicação entre as pessoas sejam as verdadeiras prioridades.

Tudo isto parece evidente, mas como realizá-lo? Como é que se consegue a realização do objectivo herança de uma sociedade de concórdia que se espalha por todo o lado?

